

# Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

## GÊNERO E SEXUALIDADES NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Daniele dos Santos Francisco

danielesannfrancisco@gmail.com

UFSCar - PPGEd

### Educação, Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão

**RESUMO:** Apesar das conquistas sociais perante uma sociedade pautada em uma constituição cisgênera, a temática LGBTQ+ ainda enfrenta diversas barreiras culturais, sociais, educacionais e econômicas, ferindo direitos primordiais: existência e liberdade. Uma forma de enfrentamento é pesquisar, publicar trabalhos que discutem a temática, destacando as potencialidades da comunidade LGBTQ+ para a sociedade. Dessa forma, a presente pesquisa buscou analisar estudos sobre história da educação sob o viés dos movimentos sociais e das políticas educacionais de gênero e diversidade. A metodologia empregada foi a de pesquisa bibliográfica. Conclui-se que as lutas dos movimentos sociais LGBTQ+ têm conquistado importantes direitos, as políticas públicas educacionais apresentaram avanços e retrocessos nas últimas décadas, no entanto as lutas (re) existem para as rupturas com a heteronormatividade.

**Palavras-chave:** Gênero. Sexualidade. Educação.

### Introdução

O gênero é uma construção social carregada de estigmas num sistema capitalista, com raízes no patriarcado, opressor e misógino, instituído no Brasil pelo colonizador.

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos (BUTLER, 2003).

Butler (2003), com base em Foucault (1988), analisa e afirma que as concepções existentes para macho e fêmea e masculino e feminino são nada além de efeito performático e regulatório.

A identidade de gênero está cerceada pelos padrões sociais, conforme excerto abaixo:

A 'identidade de gênero', desde a infância, os sujeitos são ensinados a se enquadrar em padrões normativos, demarcando fronteiras do que é esperado ou não de uma menina ou menino. Esses corpos são vigiados pela sociedade (família, escola,

# Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

mídia), de forma a não apresentar ambiguidades e se ajustar a comportamentos percebidos como 'normais'. (MISKOLCI, 2014, p. 60).

A construção social e o valor do papel da sexualidade em diversos segmentos da sociedade são fatores que contribuem para a diferenciação entre mulheres e homens para além de diferenças físicas e/ou psicológicas, transformando os corpos em sexuados e socializados.

Segundo Grossi (1995), a distinção de identidade de gênero e práticas afetivo-sexuais se faz necessário, pois a sexualidade é apenas uma das condições que constitui a identidade de gênero. Corroborando com essa premissa, Butler (2003) defende que a regulação binária do corpo sexuado provoca desconforto, visto que o sexo não baliza o gênero, o que faz existir muitas expressões de gênero e formas de apresentação cultural dos corpos sexuados que não se eliminam a binariedade.

A condição sexual é regulada pela heterossexualidade compulsória conforme Rich (1993) e Butler (2003), pressupondo ser única opção, tendo como consequência a marginalização das relações diferentes, bem como a binariedade, restritiva ao sexo biológico. Connell (2016) defende que essas normas foram trazidas com a colonização de gênero pelo ocidente heterocispatriarcal.

Conforme Epstein e Johnson (2000), o Estado tem caráter sexuado e suas políticas são reguladoras em relação às concepções de família, reprodução e a educação entrelaçadas com as relações de gênero e diversidade.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO - é uma grande propagadora do ideal de respeito à diversidade como superação dos conflitos:

[...] em nossas sociedades cada vez mais diversificadas, torna-se indispensável garantir uma interação harmoniosa entre pessoas e grupos com identidades culturais a um só tempo plurais, variadas e dinâmicas, assim como sua vontade de conviver. As políticas que favoreçam a inclusão e a participação de todos os cidadãos garantem a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz. Definido desta maneira, o pluralismo cultural constitui a resposta política à realidade da diversidade cultural. (UNESCO, 2002, p. 3).

Os anos 1990 foram marcados por diversas conferências para a educação, visando a educação para todos, abrindo caminho para os preceitos de equidade e diversidade (VIANNA, 2015 p.797).

Sobre os direitos de todos à educação, Benevides (1997) destaca:

O primeiro ponto consiste na necessidade da tomada de consciência dos direitos e dos deveres do cidadão. O artigo 13 do Pacto Internacional das Nações Unidas de 1966 reconhece não apenas o direito de todas as pessoas à educação, mas que esta deve visar o pleno desenvolvimento da personalidade humana, na sua dignidade, deve fortalecer o respeito pelos Direitos Humanos e as liberdades fundamentais, deve capacitar todas as pessoas a participar efetivamente de uma sociedade livre.

# Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

Essa participação significa organização e participação pela base, rompendo a verticalidade absoluta dos poderes autoritários. Significa, também, o reconhecimento (e a constante reivindicação) de que os cidadãos ativos são mais do que titulares de direitos, são criadores de direitos e novos espaços para a expressão de tais direitos (BENEVIDES, 1997 p.12)

Uma das recomendações para a educação no programa Brasil sem Homofobia enfatiza a formação continuada docente na temática de gênero, sexualidade e homofobia, criado pelo Ministério da Educação (MEC/SECAD), em 2005 e 2006 (VIANNA, 2015 p.800).

Nesse contexto, este trabalho é resultado da revisão bibliográfica acerca da temática da educação, gênero e diversidade. A análise e revisão de trabalhos publicados busca evidenciar os avanços e dificuldades encontradas para o desenvolvimento de uma educação inclusiva para a população LGBT+.

A relevância desta pesquisa está em colocar em evidência as relações entre gênero, sexualidade e educação no Brasil.

## **Metodologia**

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa acerca das discussões sobre gênero e sexualidade na educação brasileira.

Segundo Marconi e Lakatos (1992), a pesquisa bibliográfica é o levantamento de bibliografia já publicada, em variadas formas, com a finalidade de colocar o pesquisador em contato com trabalhos desenvolvidos sobre a temática pesquisada.

Para a pesquisa foram utilizadas ferramentas como: livros, artigos e revistas e por meio digital através de sítios reconhecidos pela comunidade acadêmica como Scielo, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da CAPES, revistas acadêmicas de universidades dentre outros, utilizando-se critérios de inclusão como gênero, sexualidade e escola, e para a exclusão, estudo que não abarcam o lócus escolar., encontrados pelos descritores: gênero; sexualidade e escola, 1567 textos, sendo utilizados 39 referências. Não se tem a intenção de esgotar os sentidos, apenas de trazer à luz alguns conceitos e discussões notadamente reconhecidas.

## **Resultados e discussão**

A década de 1990 foi marcada por diversas conferências para a educação, destacando-se a Conferência Mundial de Educação para Todos em 1990 e a Conferência de Cúpula de Nova Delhi em 1993, preocupava-se com a formação de todos na educação básica e a qualidade do ensino culminando na Declaração Mundial sobre a Educação para Todos e a

# **Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju**

de Nova Delhi retomou a proposta de educação para todos e congregou desta vez países populosos, incluindo o Brasil e primava dentre outras coisas o respeito à diversidade cultural, abrindo caminho para os preceitos de equidade e aberta à diversidade (VIANNA, 2015 p.797).

Os movimentos LGBTQ+ passaram por um longo tempo de consolidação e outras pautas surgiram, como as infecções sexualmente transmissíveis, homofobia e feminismos antes das relacionadas às políticas educacionais e a diversidade sexual. Na década de 1990, especificamente a partir de 1994, o Ministério da Educação – MEC e da Saúde estimularam projetos de educação sexual sendo publicadas então as Diretrizes para uma Política Educacional em Sexualidade apoiadas nos preceitos da UNESCO e da Organização Mundial da Saúde – OMS (VIANNA, 2015 p.797-798).

Desde o programa Brasil Sem Homofobia, houve um pânico moral/social por setores ultraconservadores em suas articulações para reprovação dos materiais desenvolvidos para o programa (SILVA, 2020 p.139).

No Brasil, houve, na década de 1990, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's consolidados em dez (10) volumes, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano, apontados como referenciais de qualidade para a educação brasileira. Atualmente, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), que é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver durante a educação básica, assegurando aos educandos o desenvolvimento de dez competências gerais, que resumem, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, indica que os sistemas educacionais em geral devem se organizar para a equidade, tendo em vista o reconhecimento das diferenças das e dos estudantes, contemplando as temáticas previstas em habilidades dos componentes curriculares contextualizados (BRASIL, 1998; BRASIL, 2018).

A temática LGBTQ+, contudo, foi excluída da BNCC, pelo fato de que o caráter do tema havia saído do âmbito educativo e colocado no âmbito do combate à violência sexual (CARVALHO, 2020 p.96).

O Projeto de Lei 1859/2015 do Deputado Izalci Lucas Ferreira (PSDB-DF) propunha acrescentar na LDB um artigo que proibisse a aplicação da ideologia de gênero ou orientação sexual na educação, na mesma linha foi concebido o PL 3236 de autoria do Deputado e Pastor Marco Feliciano (PSC-SP) e ainda o Projeto de Decreto Legislativo 122/2015 (PDC 122/2015), de autoria do Deputado Flavinho (PSB-SP). Outro ato polêmico para os conservadores que acusaram o documento de impor ideologia de gênero foi o teor da

# **Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju**

Resolução nº 12 de 16 de janeiro de 2015 que “Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino” (SILVA, 2020 p.141).

Sobre os direitos de todos à educação Benevides (1997) destaca:

O primeiro ponto consiste na necessidade da tomada de consciência dos direitos e dos deveres do cidadão. O artigo 13 do Pacto Internacional das Nações Unidas de 1966 reconhece não apenas o direito de todas as pessoas à educação, mas que esta deve visar o pleno desenvolvimento da personalidade humana, na sua dignidade, deve fortalecer o respeito pelos Direitos Humanos e as liberdades fundamentais, deve capacitar todas as pessoas a participar efetivamente de uma sociedade livre. Essa participação significa organização e participação pela base, rompendo a verticalidade absoluta dos poderes autoritários. Significa, também, o reconhecimento (e a constante reivindicação) de que os cidadãos ativos são mais do que titulares de direitos, são criadores de direitos e novos espaços para a expressão de tais direitos (BENEVIDES, 1997 p.12).

## **Considerações finais**

Assentando-se a pesquisa na metodologia da revisão bibliográfica e nos estudos interdisciplinares de educação, gênero e sexualidade, as análises apresentaram complexidades da existência LGBT+, desassossegos e potências políticas que rompem com a heteronormatividade, apesar das dificuldades impostas, os movimentos LGBT+ (re) existem.

Desde a década de 1960 os movimentos LGBT+ têm lutado para garantir os direitos da comunidade, a educação tem sido pauta para o acesso, permanência e as discussões de gênero e orientação sexual como parte integrante das políticas públicas educacionais.

As políticas públicas educacionais sofreram transformações no que tange gênero e sexualidades por pressões de grupos LGBT+, houveram avanços como o programa Brasil sem Homofobia em 2004, e retrocessos após as polêmicas elevadas por conservadores e bancada religiosa com o Escola sem Homofobia, vetado em 2011.

A BNCC restringe a identidade de gênero e sexualidades no campo biologicista, infecções sexualmente transmissíveis e gravidez não planejada aproximando-se das teorias médico-higienista, apresentando retrocessos em comparação aos PCN's que apregoava que a temática deveria ser desenvolvida pelos docentes de diferentes áreas do conhecimento, embora apresente também problemas, a BNCC silencia muito mais a temática de gênero e sexualidades.

A ausência de informações e discriminação são problemas estruturais, que precisam ser combatidos com vistas à garantia de todos os direitos sociais como reza a Constituição Federal a todas as pessoas. A escrita é um ato político e de resistência!

# Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

## REFERÊNCIAS

- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educação, democracia e direitos humanos. In: *Jornal da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos*. São Paulo: RBEDH, 1997. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/educar/redeedh/bib/benevid.htm>. Acesso em: 12 mai. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Infantil e Ensino Fundamental: versão final. 2018. 595p. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 10 mai. 2024.
- BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF. 1998. 175 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2024.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, M. T. A Base Nacional Comum Curricular e sexualidade: crítica e resistência. v. 7 n. 13 (2020): Ed. especial: SELIGeo. Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pesquisar/article/view/74858/0>. Acesso em 12 mai. 2024.
- EPSTEIN, Debbie; JOHNSON, Richard. *Sexualidades y institución escolar*. Madrid: Morata: La Coruña: Fundación Paideia, 2000
- GROSSI, M.P. *Identidade de Gênero e Sexualidade*. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC, 1995.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Editora Atlas, 1992. 4a ed. p.43 e 44.
- MISKOLCI, R. Sexualidade e orientação sexual. In: MISKOLCI, Richard (Org.). *Marcas da diferença no ensino escolar*. São Carlos: EdUFSCar, 2014.
- RICH, A. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. In: GELP, B. C. & GELP, A. (editores). *Adrienne Rich's Poetry and Prose*. New York/London: W.W. Norton & Company, 1993.
- UNESCO. Declaração universal sobre a diversidade cultural. Organizações das Nações Unidas, 2002. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127139Porb.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2024.
- SILVA, Elder Luan dos Santos. Pânico moral e as questões de gênero e sexualidade na BNCC. *História, histórias*, vol. 8, nº 16, jul./dez. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26512/rhh.v8i16.31928>. Acesso em 10 mai. 2024.
- VIANNA, Cláudia Pereira. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios I I - Uma primeira versão deste artigo foi apresentada como trabalho encomendado pelo GT Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos para a 35ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), a quem agradeço o debate. Agradeço também o apoio do CNPq e a imprescindível colaboração da bolsista Natália da Cruz e da mestrandia Liane Rizatto, bem como a leitura atenta e cuidadosa de Maria Cristina Cavaleiro e Elisabete Oliveira. *Educação e Pesquisa* [online]. 2015, v. 41, n. 3 [Acessado 14 maio 2024], pp. 791-806. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s1517-97022015031914>>. Epub 03 Abr 2015. ISSN 1678-4634. <https://doi.org/10.1590/s1517-97022015031914>.